

CONSELHO DE MEIO AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL
ATA DA 58ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e três dias do mês de setembro de dois mil e dezesseis, às nove horas, no auditório da ADASA, Setor Ferroviário – Parque Ferroviário de Brasília, Estação Rodoferroviária, Brasília/DF, ocorreu a 2ª reunião conjunta de 2016 do Conselho de Meio Ambiente do Distrito Federal – CONAM/DF e do Conselho de Recursos Hídricos – CRH/DF, ambas presididas pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA/DF, sob a seguinte pauta: **Item 1a:** Assinatura da ATA da 132ª R.O; **1b:** Escassez hídrica no DF. Fizeram-se presentes o Secretário de Estado de Meio Ambiente do Distrito Federal, presidente do Conselho, senhor ANDRÉ RODOLFO DE LIMA (SEMA), que presidiu a reunião e os seguintes Conselheiros (as): IVENS LÚCIO DO AMARAL DRUMOND (SEMA); CARCIUS AZEVEDO DOS SANTOS (SEMA); MATEUS DOUNIS VINCHON GUIMARÃES (CASA CIVIL); DIEGO BERGAMASCHI (SINESP); THIAGO TEIXEIRA DE ANDRADE (SEGETH), ADRIANA SALLES GALVÃO LEITE (SEGETH); LAUANA DE QUEIROZ CARVALHO (SEAGRI); CARLOS CHAGASTELIS MARTINS LEAL (SEMOB); JANE MARIA VILAS BÔAS (IBRAM); RAQUEL DE CARVALHO BROSTEL (CAESB); TEM. CEL. GLAUBER ANDERSON MARTINS DE LA FUENTE (CBM); TEM. CEL. WILLIAM DELANO MARQUES DE ARAÚJO (PMDF); RAFAEL MACHADO MELLO (ADASA); ALBA EVANGELISTA RAMOS (ADASA); LUIZ ERNESTO BORGES DE MOURÃO SÁ (FORUM de ONGs); MÔNICA VERÍSSIMO DOS SANTOS (FÓRUM de ONGs); REGINA STELLA QUINTAS FITTIPALDI (FORUM ONGs); PHILLIPPE POMIER LAYRARGUES (UnB); DOUGLAS JOSÉ DA SILVA (UCB); MARCONTONI BITES MONTEZUMA (FIBRA); ANA PAULA DIAS MACHADO (FIBRA); CONCEIÇÃO DE MARIA A. ALVES (ABRH); SÉRGIO KOIDE (ABRH); FREDERICO AUGUSTO CARDOSO MARTINS (ADEMI) e DALMA MARIA CAIXETA (ABES/DF). Participaram como convidados: Guilherme E. Gonçalves de Almeida (Novo Encanto); Maurício Andres Ribeiro (ANA); Geovani Muller (SRDF); Luis Fábio G. Mesquita (IBRAM); Ulisses Assis Pereira (CAESB); Sebastião Márcio L. de Andrade (SEAGRI); José Roberto Furquim (CRDRS); Waldir Soares Cordeiro (Adm. Regional do São Sebastião); Rodrigo Pimentel da Silva (MPDFT); Marta Eliana de Oliveira (MPDFT); Weverton de Melo (SINDUSCON), Leonel Graça Generoso Pereira (SEMA); Sumar Magalhães Ganem (EMATER/DF); Erivânia Aragão Teles (Dival), Maria C. Udry (Instituto Oca do Sol); Dálio Ribeiro Mendonça Filho (UNICOL/SEMA); Jorge Arthur F. C. Oliveira (SEMA); Rosany Cristina Carmo (Pró Descoberto). O presidente do Conselho deu por aberta a reunião conjunta CONAM/CRH-DF, agradeceu a presença dos promotores do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT, Dr. Paulo Leite e Drª Marta Eliana. Ressaltou que o assunto objeto de pauta já foi debatido no CONAM e CRH: a **Resolução nº 13**, que estabelece os volumes de referência e ações de contenção em situações críticas de escassez hídrica nos reservatórios do Descoberto e de Santa Maria; o enfrentamento da grilagem de terras no DF. Uma comissão foi criada com o objetivo de definir as ações prioritárias para enfrentamento da grilagem de terras no DF; foi criado o Programa Piloto Recupera Cerrado, com investimento na recuperação de áreas críticas, consideradas prioritárias para recuperação do Cerrado, sobretudo, as duas bacias do Descoberto e de São Bartolomeu. O Zoneamento Ecológico Econômico – ZEE que foi apresentado nesses dois conselhos em fase anterior e vamos ter outra reunião para apresentar um produto quase finalizado de minuta de projeto de lei. Dentre os objetivos dessa reunião está o de compartilhar informações e captar opiniões dos diferentes órgãos e entidades que compõem o sistema de meio ambiente e de recursos hídricos, e também, como cada instituição pode contribuir para enfrentamento desse momento de

crise hídrica. E por ultimo, qual o papel do CRH, inclusive do ponto de vista de competências normativas, nesse novo momento que está se desenhando. Lembrou que o CRH não pode se contentar com um sistema formal, ele precisa ser efetivo. Após a explanação o presidente deu por aberta a 58ª Reunião Extraordinária do CONAM e 21ª Reunião Extraordinária do CRH. Agradeceu a presença de todos e apresentou a Srª Marussia Whately, Coordenadora da Aliança pela Água, um programa do Estado de São Paulo, que catalisa organizações da sociedade e que vem participando, debatendo e enfrentando a situação da crise hídrica no Estado. Nessa oportunidade ela nos trará um pouco da experiência desse programa. Deu início com o **item 1a da pauta**: a ATA da 132ª R.O foi aprovada por unanimidade e assinada. Prosseguiu o **item 1b**: escassez hídrica no DF: O presidente pediu ao Diretor Presidente da ADASA, conselheiro Paulo Salles que falasse acerca da situação da crise hídrica, naquilo que compete à ADASA, quais as providências que estão sendo adotadas e as perspectivas e propostas para enfrentamento dessa situação. O Sr. **Paulo Salles** esclareceu que, em 2014, com base na escassez hídrica de São Paulo, a ADASA iniciou uma discussão interna sobre disponibilidade hídrica no DF. Em virtude disto foram feitas uma série de simulações, que avançaram em 2015 e começam a se consolidar agora em 2016. A seguir passou para o **Rafael Mello (ADASA)** proceder com a apresentação das ações da ADASA para o enfrentamento dessa crise. Ele iniciou apresentando a Resolução nº 13/2016 da ADASA, que estabelece os volumes de referência e ações de contenção em situações críticas de escassez hídrica nos reservatórios do Descoberto e Santa Maria, visando assegurar os usos prioritários dos recursos hídricos. Ressaltou que esta resolução chamou à atenção para alguns níveis a partir desses, uma série de ações que devem ser desencadeadas. Estamos entre os níveis trinta e quarenta por cento e a resolução prevê, entre outras, algumas ações: primeira - que seja declarada situação crítica de escassez hídrica; segunda - ampliar ações de comunicação com a sociedade e terceira - promover a alocação de água entre usuários das unidades hidrográficas contribuintes, com possibilidade de restrição de uso e redução da vazão outorgada. O estado de alerta ~~ele~~ foi estabelecido. Diante disso foi declarada a situação crítica de escassez hídrica no reservatório do Descoberto e de Santa Maria por intermédio da Resolução nº 15/2016 da ADASA que destacou: o artigo 2º - Suspender, nas áreas de contribuição das bacias dos reservatórios do Descoberto e de Santa Maria, a emissão de outorgas prévias e de direito de uso dos recursos hídricos superficiais para os usos não prioritários e citou também as áreas de contribuições daquela bacia; o artigo 3º - trás recomendações à população do DF quanto às medidas referentes a se abster a usar água nas atividades: de lavagem de veículos, de garagens, calçadas, fachadas prediais, irrigação paisagística e manutenção de piscinas. Autoriza a CAESB a reduzir ~~uma~~ pressão dinâmica nas redes em horário preestabelecido. Determina também que a Superintendência de Recursos Hídricos/SRH/ADASA reduza o período de captação para irrigação quando for o caso, e o volume com as outorgas pode ser alterado. Citou o Decreto nº 37.644 de 20 de setembro de 2016, publicado pelo governador, que institui a política de redução do consumo de água, principalmente nas entidades da administração direta e indireta do DF, de no mínimo em dez por cento, também foi determinado a proibição a esses órgãos: lavagem de ruas, calçadas e fachadas dos prédios; pátios e garagens; irrigação paisagística; lavagem de veículos etc. Recentemente a ADASA publicou a Resolução nº 16/2016, que declara estado de restrição de uso dos recursos hídricos e regime de restrição de abastecimento de água potável em algumas regiões administrativas, a exemplo da redução de 50% na outorga do canal Santos Dumont/Planaltina. Prosseguiu apresentando os dados do cenário no DF: volume útil mensal do reservatório do Descoberto (setembro 2016 – menos de 40%); as vazões dos tributários: Chapadinha, Alto Descoberto, Capão Comprido, Olaria, Ribeirão das Pedras e Rodeador onde se percebe caimento dos incrementos nesses reservatórios. Vazões dos afluentes do

Descoberto (2014-2016) e volume (2015-2016). Apresentou o volume útil mensal do reservatório de Santa Maria (setembro 2016 – 50,35 %); as vazões dos afluentes (2015-2016); volume útil no dia 21 de setembro (48,91). A seguir apresentou as ações da ADASA para o enfrentamento da crise hídrica: alocação de água e intensificação das fiscalizações; expedição de Resolução determinando a redução de outorga no canal Santos Dumont e alocação de água, medidas para os postos de lavagem de carros à jato e caminhões pipa. Falou das estratégias de enfrentamento da escassez hídrica do DF (médio e longo prazo) e por último, da revitalização de canais. O presidente da ADASA retomou a palavra e acrescentou que essa situação se deve a três fatores: a forma de ocupação do território, a questão climática, o comportamento da sociedade com o uso dos recursos hídricos. Novos sistemas de abastecimento estão chegando, em 2017. E concluiu expressando que transparência, confiança e informação são os elementos necessários para o envolvimento da sociedade. A seguir a Conselheira **Raquel Brostel/CAESB** apresentou as características dos sistemas produtores de água na sua capacidade de produção, captações superficiais e subterrâneas, ETAs, UTs, cloração de poços, índice de atendimento. A seguir apresentou a disponibilidade hídrica dos sistemas produtores de água no período de julho a setembro. E concluiu a apresentação com os novos sistemas produtores: Sistema Bananal, Sistema Corumbá IV, Sistema Paranoá e Sistema Taquara. Em continuidade a questão temática o presidente solicitou ao **Secretário da SEGETH, Thiago Andrade**, para expor as medidas que estão sendo encaminhadas no processo de urbanização. O secretário citou o Sol Nascente e o Vicente Pires: o processo de regularização dessas áreas implica uma série de medidas mitigadoras e compensações. O comitê de governança do território/combate à grilagem deve ser efetivo. Este comitê cunhou a visão de que prevenção no momento, no atual estado de ocupação do território, a prevenção está atrelada à ação policial e fiscalizatória. A gestão envolve questões de drenagem, de disponibilidade de água, de saúde pública., Estamos fazendo as mesmas ações de regularização fundiária e urbanização, com a participação da população, no buritizinho e Porto Rico. No Por do Sol começará muito em breve. Outra frente de trabalho está empenhada em resolver o problema da invasão de Santa Luzia, na área de tamponamento do Parque Nacional. Estamos trabalhando intensamente na lei de impermeabilidade para o interior dos lotes de áreas urbanas. Basicamente são três conceitos: retenção, infiltração e a contenção das águas em regime superficiais. Estamos concretizando a Lei de Uso e Ocupação do Solo - LUOS e o ZEE. O ZEE é o norte para a revisão do PDOT. O Código de Obras e Edificações, de efeito autorizativo, para que leis específicas façam as normatizações e as políticas de reuso e reaproveitamento. Concluídos a LUOS e o Código de Obras, poderemos trabalhar com estratégias de desimpermeabilização das áreas urbanas, reuso de águas urbanas pluviais e a drenagem espalhada incorporada ao paisagismo da cidade. Finalizou. O presidente convidou a **Sra. Marussia Whately**, para proferir sua apresentação. Ela iniciou sua explanação falando das experiências aprendidas com o enfrentamento da crise hídrica vivenciada em São Paulo, que oportunizou muitos aprendizados e ofereceu um conjunto de medidas que estão em andamento. Salientou que a água não é mercadoria, mas um bem essencial a vida, cujo acesso é um direito humano. Lembrou que todos os níveis de governo têm responsabilidades sobre a água e devem estar a serviço da população e falou sobre a necessidade de manutenção dos ecossistemas responsáveis pela renovação da água doce. Apresentou a afluência e retirada de água no Sistema Cantareira 2013/2014, bem como, um mapa da falta de água no Estado de São Paulo. A estiagem 2014/2015 foi o ápice, mas a crise é estrutural resultando da combinação de alguns fatores: gestão centralizada, foco em obras e ampliação de consumo, alto grau de degradação das fontes de água em área urbana e rural, déficit de chuvas no Cantareira e evento climático extremo. Falta transparência de participação e controle social. Apresentou o plano emergencial de enfrentamento da

crise de abastecimento e as medidas adotadas pelo governo do Estado. Concluída a apresentação o presidente disponibilizou espaço para debate da plenária. O Promotor Público Paulo José Leite Farias/MPDFT: com relação à projeção de redução do reservatório do Descoberto indagou se tem a mesma previsão para o Torto e Santa Maria. É relevante buscar a diminuição da utilização de água o mais rápido possível, com utilização de instrumentos econômicos, aumento de tarifa. Outro aspecto da experiência paulista muito interessante é essa colocação transparência, preocupação com os cenários, possíveis comunicações entre os sistemas é outro elementos que sem dúvida é fundamental. É possível tirar água do Descoberto para o Santa Maria e vice e versa? Outro aspecto quanto à disponibilidade hídrica, é com relação à porcentagem dos reservatórios: questionou a ausência de informação quanto ao m³ de água/ano/habitante.

Conselheiro Luiz Ernesto Borges de Mourão Sá: é preciso mudar o modelo mental e implantar um sistema que funcione e assumir que teve falhas de planejamento, dar informação do que está acontecendo e planejar (nossos processos de planejamento são falhos, como exemplo licenciamento e outorga); adverte quanto “trabalhar na ponta do consumo e não vamos trabalhar na ponta do problema” e “anos e anos ouvindo a mesma coisa e aceitando”.

Waldir Soares Cordeiro – Administração Regional de S. Sebastião: a região de São Sebastião é rica em nascentes, que estão se perdendo por conta de ocupação irregular. A preservação das nascentes, do lençol freático e da bacia deixa muito a desejar e pediu uma atenção especial para essas áreas de preservação, até porque, a água é captada por poço de alta profundidade. A **Conselheira Mônica Veríssimo** questionou: se o conselho é paritário significa ser paritário também no tempo, é importante que o tempo que o governo tem para falar também seja controlado. Ressaltou que o FÓRUM das ONGs já trouxe para este conselho a questão do aeroporto, mostrando todos os problemas existentes, inclusive quanto ao licenciamento ambiental e o monitoramento que era para ter sido feito com a segunda pista. Do mesmo modo fará também com relação ao Parque linear. Destacou que mudança climática só se começa a trabalhar com mais de trinta anos menos que isso não se consegue fazer modelagens e que os dados que temos hoje são dados feitos pela NASA, que o IMPE usou porque o INEMET ele não dá dados para modelagem internacional. Pediu compromisso em longo prazo, obrigar a instalação de hidrômetro, ter transparência em tudo, ressalta que é necessário falar em adaptação/mitigação, propõe que as escolas possam levar as crianças para visitarem a represa do Descoberto, sugere adoção de ampulheta (deu exemplo da Austrália) para estimular a redução do tempo de banho. O **Conselheiro Sérgio Koide/UnB:** - ressalta que não sabemos das vazões naturais do DF, “o que vamos fazer se não sabemos o que temos disponível”. Hidrometar os poços na área rural, pois há uma quantidade de poços sem medição de vazão. Sr. **Leonel Graça Generoso Pereira/SEMA:** propôs que o modelo deva ser estudado quanto às áreas de recarga, mencionou que proteger nascentes e não proteger recarga não pode continuar. É necessário abrir linhas de investigação quanto às áreas de recarga, melhorar as formas de fiscalização do Governo sobre outorga, melhorar as áreas protegidas e também as áreas ocupadas. O Sr. **José Roberto Furquim/CRDRS-LAGO NORTE:** propôs a regularização com urgência das áreas urbanas de uso controlado: necessidade de fiscalizar (aos finais de semana) a perfuração de poços clandestinos, citou como exemplo a área da Serrinha do Paranoá. Existência de conflito de água entre as áreas urbanas de uso controlado e as áreas rurais. A Sra. **Rosane/ANA:** observou se dentro dessas propostas de consumo foi analisada a questão do perfil de consumo tendo em vista que no DF é bem desigual, bem característico, considerando a questão social, regiões mais avançadas estão mais vulneráveis também. delimitar as áreas protegidas; pensar em reduzir consumo a médio e longo prazo: proteção e recuperação. A Sra. **Rosany Cristina J. C. Carmo - Produtora Rural e Presidente da Associação Pró Descoberto:** pediu ação de conscientização continuada nas escolas; sugere uma efetiva

fiscalização não apenas punitiva, mas com a retirada das bombas; a continuidade das campanhas. Sra. **Promotora do MPDFT, Dr^a Marta Eliana de Oliveira:** sugeriu tarifas diferenciadas para os excedentes de consumo, mas por outro lado, extremamente relevante que se premie aqueles que economizam. Argumentou: “o governo que está fazendo um esforço para administrar essa crise ao mesmo tempo faz propagando de empreendimentos imobiliários, por exemplo, o Taquari, não licenciados, cuja bacia não tem condições de receber mais esgotos, algo bem desconectado”. Informou que recebeu denúncia de que a empresa contratada para fazer a obra de captação no Corumbá está abandonando a obra e levando os equipamentos. A seguir o presidente **André Lima** propôs a realização de duas reuniões *ad hoc* 27/09 (10h00) e 29/09 (09h00) para processar todas essas recomendações e estabelecer um conjunto de proposições, de curto e médio prazo, que devem ser adotadas pelo governo junto com a sociedade e apresentada na reunião do dia 04/10. Solicitou ao Senhor Paulo Salles (ADASA) o acesso a esses cenários que foram desenhados e que serão aprovados pela ADASA, se possível, em tempo de ser apreciado nas reuniões dos dias 27 ou 29. Prosseguindo passou a palavra a **Conselheira Raquel Brostel (CAESB) e Paulo Salles (ADASA)** para as considerações finais. A conselheira **Conselheira Raquel Brostel**, em resposta ao questionamento do Promotor do MPDFT, Dr. **Paulo José Leite Farias**, quanto ao cenário de Santa Maria e do Torto esclareceu que foram feitos cenários tanto para o Descoberto como para o Santa Maria e do Torto, todos os cenários com chuva, chuva média, baixa chuva - ano 2017, e todos esses cenários foram discutidos com técnicos da ADASA, mas o entendimento foi que seria melhor trabalhar com o cenário da ADASA. Foram feitas tanto para um quanto para o outro reservatório. O de Santa Maria não é tão crítico porque tem um volume maior e não será afetado esse ano. Quanto à integração do Sistema Santa Maria Descoberto, Torto e Santa Maria, esclareceu que antigamente os sistemas eram integrados, tanto ia do sistema Descoberto para Santa Maria como do sistema Santa Maria/Torto para o Descoberto, mas hoje só vai para o Descoberto, da ordem de 500 l/s atualmente tem ido uns 250 l/s. Quanto à questão de planejamento, esclareceu tem cinco anos que tem a licença de instalação do bananal mas a obra ainda não saiu, ou seja, planejamento temos, mas existem algumas questões que dificultam a implementação do planejamento. O próprio sistema Corumbá já era para estar pronto, mas está em obra. Planejamento de médio prazo o que temos feito na área de meio ambiente e recursos hídricos foi atuar no ZEE, LUOS, PDOT e isso vai fazer diferencial no médio e longo prazo. O **presidente André Lima** perguntou se esses cenários constam em alguma nota técnica da CAESB. A **conselheira Raquel Brostel (CAESB)**, **que** respondeu que sim: foi feito um plano de ação de estiagem e encaminhado para ADASA. Na ocasião o presidente pediu se possível, que esses cenários fossem encaminhados formalmente para SEMA. A seguir o Sr. **Paulo Salles/Adasab** prestou os seguintes esclarecimentos: muitas das ações faladas pela Marussia (Aliança pela água), citadas a exemplo de São Paulo, já estamos fazendo. Ressaltou que o DF é muito menor que São Paulo e boa parte do que foi falado já estão contempladas no DF. Agradeceu o material (revistas) disponibilizado certamente muito útil, bem com sua apresentação e gostaria que a Aliança pela Água deixasse uma marca aqui no DF. A seguir comentou alguns pontos levantados pelo Promotor Paulo, a saber: disponibilidade hídrica, a porcentagem dos reservatórios, contabilização mais detalhado do consumo. Quanto à questão do perfil dos usuários mencionada pela Rosana/ANA, estamos melhorando muito nossa infraestrutura e é importante que se veja isso ao longo dos tempos, exemplificou com as outorgas que foi feita em força tarefa e zerou com uma pilha de outorgas que estavam paradas. O momento que estamos vivenciando é uma oportunidade para melhorarmos nossos dados, informações e a política pública. A população mais vulnerável está sendo assistida. Quanto à educação, não temos dúvida que é importante fazermos agora e sempre. Sustentabilidade é um compromisso para

com outra geração, saberemos se deu certo o que fizemos na geração seguinte. Com relação ao aplicativo utilizado em São Paulo nós temos um equivalente, muito bom e efetivo para o que precisamos. Trata-se de aplicativo da AGEFIS para denunciar ocupação irregular de terra. Mourão você fala por muita gente, como ele lembrou aqui, quem está no governo também fala por muita gente porque foi eleito. Nós estamos aqui numa situação, que você sintetizou nessa ideia de mudar a mentalidade do governo. Estamos buscando exatamente isso, e muitas das falas que foram feitas vão nessa direção. Precisamos construir, demonstrar e principalmente dar exemplo e isso eu sei que o FÓRUM de ONGs tem buscado fazer, como muitas dessas instituições aqui presentes também. Agradeceu pela oportunidade e pela presença de todos. Não havendo mais considerações, o Presidente encerrou a reunião. A Ata será lida e aprovada por todos os conselheiros presentes e, posteriormente, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal.